

## JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — *Diretora*MARCOS SÁ CORRÊA — *Editor*FLAVIO PINHEIRO — *Editor Executivo*ROBERTO POMPEU DE TOLEDO — *Editor Executivo*

## Hora da Reparação

“A América Latina precisa crescer novamente e os frutos de seu crescimento precisam ser mais largamente divididos”, afirmou o secretário de Estado dos Estados Unidos, James Baker III, no seminário que discute o endividamento latino-americano, sob o patrocínio dos ex-presidentes Gerald Ford e Jimmy Carter. Este novo compromisso americano com o resgate econômico e social da região merece ser examinado com entusiasmo.

A América Latina está histórica e economicamente ligada aos Estados Unidos. Nos últimos cinquenta anos as relações de comércio dos diversos países continentais invariavelmente tiveram os EUA como primeiro ou segundo parceiro. Em razão direta do poderio econômico, também os investimentos de empresas americanas lideram a presença do capital estrangeiro. Por fim, os bancos americanos, como maiores instituições de crédito do mundo, tornaram-se os principais credores da região.

A crise de balanço de pagamentos dos países latino-americanos teve várias e diversas causas. No plano interno, a falta de diversificação das economias as deixou expostas quando as relações de trocas dos produtos agrícolas e minerais exportados, em especial o petróleo, se deterioraram na virada dos anos 70. No plano externo, o fator preponderante foi a forte alta nas taxas de juros dos EUA, causada pelo descompasso entre a aplicação de uma política monetária restritiva e a manutenção de uma política fiscal expansionista.

Como resultado da forte alta dos juros reais, a economia mundial mergulhou na estagnação que durou até meados de 1984. Os países em desenvolvimento ficaram com o pior dos mundos: tiveram as receitas de exportação diminuídas e o serviço da dívida fortemente onerado. O México, que se endividara pesadamente confiando na sustentação da alta dos preços do petróleo, foi o primeiro a declarar a insolvência com a moratória de 1982. Os demais devedores, diante da imediata suspensão dos empréstimos internacionais, seguiram a mesma trilha.

Decorridos mais de seis anos, tornou-se claro que as receitas clássicas para ajustamento do balanço de pagamentos e saneamento interno das economias em crise estão ultrapassadas. Os países da região que recorreram à ortodoxia do Fundo Monetário Internacional interromperam o processo de crescimento econômico que haviam obtido nos anos 70. E todos, sem exceção, terminaram acusando dificuldades em gerar divisas para honrar os compromissos da dívida.

Os Estados Unidos, felizmente, hoje reconhecem que o receituário do FMI, onde exercem o poder de veto com 18% dos votos (as decisões do

FMI e do Banco Mundial precisam de 85% dos votos), contribuiu para agravar o estado de pobreza da região — que ameaça transformar-se em um caldeirão político e social de futuro imprevisível — e aumentar o fosso entre os países em desenvolvimento e os mais ricos.

O compromisso com o crescimento não deixa de significar um *mea culpa* dos EUA: um reconhecimento da responsabilidade que o descontrole de seu déficit público assumiu, ao onerar acima de qualquer previsão racional o serviço da dívida externa pela alta sem precedentes das taxas de juros promovidas pelo ex-presidente do Federal Reserve, Paul Volcker, em gestões democratas (Jimmy Carter) e republicanas (Reagan). Afinal, grande parte dessa dívida resulta de juros reais recordes.

Os Estados Unidos também têm graves problemas econômicos. Seu déficit público, superior a US\$ 160 bilhões, só agora começa a dar sinais de declínio, com a redução de gastos militares, possível após os acordos com a União Soviética. E sua balança comercial apresenta déficit acima de US\$ 140 bilhões. Mas a América Latina, em especial o Brasil, tem uma posição singular: acumula alto superávit comercial com os EUA; de outra parte, financia o balanço de pagamentos americano com a exportação de capitais referentes ao serviço da dívida.

O Plano Brady, versão atualizada do fracassado Plano Baker, de 1985, quando o atual secretário de Estado ocupava a pasta do Tesouro, procura harmonizar os problemas econômicos da região com o reforço das relações bilaterais com os Estados Unidos. Ou seja, os países da região devem ter suficiente apoio para recuperar condições de crescimento. Mas, uma das precondições é a abertura da economia ao investimento estrangeiro e a redução das barreiras de comércio, que implicam mais importações de produtos americanos. O México, seguindo a nova tendência, reduziu sensivelmente as tarifas de importação. Por isto, vai ser o primeiro país alcançado pelo Plano Brady.

O Brasil, que mantém uma economia bastante fechada, à custa de barreiras tarifárias e reservas de mercado que permitiram à indústria nacional atender a 95% das necessidades do país, precisa redefinir seu futuro: continuar com o atual modelo semi-autárquico que está levando o país a uma década de estagnação e atraso econômico em relação à competição internacional e frente a nações emergentes, como a Coreia do Sul; ou optar pelo caminho da integração às modernas economias de mercado, seguido até mesmo pela URSS e a China.